

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
e 2024
e relatório do auditor
independente



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Bruno Guedes Monteiro'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
A small, stylized signature of Bruno Guedes Monteiro.
Assinado por: Bruno Guedes Monteiro 1005965733
CPF: 1005965733
Data/Hora de Assinatura: 01 de abril de 2026 | 18:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC: SingulairID Multipla
5028796AD37247C...

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



		<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos	Nota		
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.179.024	101.239
Títulos e valores mobiliários	5	12.852.536	9.351.177
Contas a receber	6	4.230.249	2.913.409
Contas a receber de partes relacionadas	17.2	5.862.900	-
Tributos a recuperar		67.458	200.837
Adiantamentos a fornecedores		373.161	357.119
Despesas antecipadas		-	1.368
Outros ativos		310.003	100
		24.875.331	12.925.249
Não circulante			
Imobilizado	7	288.338.811	296.308.027
		288.338.811	296.308.027
Total de ativos		313.214.142	309.233.276
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Contas a pagar	9	4.955.116	1.333.702
Tributos a recolher	8	331.298	315.179
Contas a pagar a partes relacionadas	17.1	19.465.301	18.800.392
Impostos a recolher		601.530	358.789
Dividendos a pagar	17.3	3.871.756	2.217.130
		29.225.001	23.025.192
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	17.4	-	10.047.187
Impostos diferidos		284.696	89.733
Passivo para descomissionamento		626.290	562.830
		910.986	10.699.750
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	268.390.181	266.090.181
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.300.000
Reservas de Capital		1	1
Reserva legal	11.2	1.281.871	466.764
Reserva de lucros	11.4	11.615.266	-
Dividendos adicionais propostos		1.790.836	6.651.388
Total do patrimônio líquido		283.078.155	275.508.334
Total do passivo e patrimônio líquido		313.214.142	309.233.276

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Demonstração do resultado
 Dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Receitas e custos operacionais	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	12	43.909.648	23.126.862
Custos das vendas	13	(26.537.817)	(11.991.445)
Lucro bruto		17.371.831	11.135.417
Despesas gerais e administrativas	14	(532.939)	(388.348)
Outras receitas e despesas		740.770	(46.422)
Lucro operacional		17.579.662	10.700.647
Despesas financeiras	15	(468.799)	(412.963)
Receitas financeiras	15	934.964	244.917
Resultado financeiro		466.165	(168.046)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.045.827	10.532.601
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(1.703.140)	(818.789)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(40.559)	(75.317)
Lucro do exercício		16.302.129	9.638.496

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Demonstração do resultado abrangente
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro do exercício	16.302.129	9.638.496
Resultado abrangente do exercício	<u>16.302.129</u>	<u>9.638.496</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Nota	Capital social	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	112.712.572	-	-	-	-	(303.214)	112.409.358
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	2.300.000	-	-	-	2.300.000
Aumento de capital	11.1 153.377.609	-	-	-	-	-	153.377.609
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.638.496	9.638.496
Reservas de Capital	-	1	-	-	-	-	1
Reserva legal	-	466.764	-	-	-	(466.764)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.217.130)	(2.217.130)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	6.651.388	(6.651.388)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	266.090.181	466.765	2.300.000	-	6.651.388	-	275.508.334
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(2.300.000)	-	-	-	(2.300.000)
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	-	-	-	-	(4.860.552)	-	(4.860.552)
Aumento de capital	2.300.000	-	-	-	-	-	2.300.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.302.129	16.302.129
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	11.2 -	815.107	-	-	-	(815.107)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.3 -	-	-	-	-	(3.871.756)	(3.871.756)
Reserva de Lucros	-	-	-	11.615.266	-	(11.615.266)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	268.390.181	1.281.872	-	11.615.266	1.790.836	-	283.078.155

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		16.302.129	9.638.496
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:			
Depreciação e amortização	13	12.211.343	6.042.749
PIS e COFINS diferidos		48.065	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	15	(843.215)	(244.917)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	40.559	75.317
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	1.703.140	818.789
Resultado com variação cambial e monetária		(28.291)	-
		29.433.730	16.330.434
Variações dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	6	(1.316.840)	(2.913.409)
Contas a receber de partes relacionadas	17.2	(5.862.900)	-
Adiantamentos a fornecedores		(16.042)	(31.727)
Despesas antecipadas		1.368	761.038
Tributos a recuperar		225.129	(6.185)
Outros ativos		(309.903)	-
Tributos a recolher	8	122.460	88.927
Contas a pagar	9	2.195.651	968.848
Contas a pagar a partes relacionadas	17.1	664.909	15.659.916
		(4.296.168)	14.527.408
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.460.399)	(456.831)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.677.163	30.401.011
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	7	(2.816.364)	(29.974.130)
Resgates em títulos e valores mobiliários		(2.658.145)	(3.062.644)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(5.474.509)	(33.036.774)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	134.000.000
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	17.4	(10.047.187)	(125.911.173)
Pagamento de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	17.4	-	(7.651.907)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.300.000
Dividendos pagos	11.3	(7.077.682)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(17.124.869)	2.736.920
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.077.785	101.157
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		101.239	82
No final do exercício		1.179.024	101.239
		1.077.785	101.157

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de juros - partes relacionadas	-	(6.902.713)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	-	376.519
IOF	-	(177.313)
Outras despesas e receitas financeiras	-	(177.708)
Aquisição de imobilizado e intangível	1.425.763	40.869
Passivo para descomissionamento	-	562.830
Subscrição de Capital - Crédito de Turbinas	-	19.377.609

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976). A Companhia tem sede e principal estabelecimento no Sítio Gatos, localizado na Estrada Vicinal que conecta à BR230, na Zona Rural do município de Junco do Seridó, Estado da Paraíba. A companhia é controlada pela Serra do Seridó F2 Holding S.A., detentora de 100% das ações, sendo a holding controlada pela única acionista EDF EN do Brasil Participações S.A. Seu acionista controlador final é a EDF S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex

A Companhia tem como objeto social desenvolver, implantar e explorar a central geradora de energia elétrica de origem eólica denominada EOL Serra do Seridó XVI, para fins de produção de energia elétrica. A Companhia foi uma das vencedoras do Leilão de Energia Nova (LEN) A-6, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 18 de outubro de 2019.

A Companhia entrou em operação comercial a partir de 16 de junho de 2024.

Importante citar ainda que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou, inclusive, também na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo.

A Companhia faz parte do Projeto Seridó Fase 2.

1.1 Da autorização para operação

A Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A. faz parte do Complexo Eólico Serra do Seridó Fase 2, localizada no município de Junco do Seridó-PB, a central geradora terá 46.400 kW de Potência instalada. A Companhia tem o compromisso de implantar e explorar o sistema de interesse restrito da EOL Serra do Seridó XVI, de uso compartilhando entre as EOLs Serra do Seridó II, III, IV, VII, IX, X, XI, XII, XIV, XVI e XVII, constituído de uma Subestação Coletora 34,5/250 kV, 965 MVA, composta de 4 transformadores, 1 x 300MVA, 1 x 165 MVA e 2 x 250 MVA, e uma linha de transmissão, circuito simples, em 250 kV, de aproximadamente 25 (vinte cinco) km, conectando à SE Santa Luzia II, de Propriedade da Neoenergia Santa Luzia Transmissão de Energia. Abaixo detalhamento do projeto:

Contrato / Leilão	Outorga / Leilão	Data da publicação da portaria MME	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade Instalada (MW)	Energia vendida (MW médio)
EOL SERRA DO SERIDÓ XVI	REA 13.544	31/01/2023	35 anos	8	46,4	11,9613

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

1.2 Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética,

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado. A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao Curtailment (cortes de geração) de geração eólica:
Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.
O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:
A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico). A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:
A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 18.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamentos a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 18.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Estimativa	Nota Explicativa
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(b)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(c)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.5
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.6

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferido

O cálculo de imposto de renda e a contribuição social diferido normalmente envolve estimativas para determinar o lucro tributável e as diferenças.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são mensurados pela diferença tributária temporária decorrente do ajuste do efeito caixa do contas a receber no faturamento do exercício corrente. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

(c) Provisão para receita extra/ressarcimento

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

2.7 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(a) Ativos financeiros

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

i. Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.6). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa.

ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Passivos financeiros

i. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

3.6 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(a) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

(b) **Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.7 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

3.8 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



financeiros incorridos são registrados no resultado.

(a) **Provisão para receita excedente e ressarcimentos**

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

(a) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 **Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.10 **Passivo para descomissionamento**

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado. As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

3.11 **Resultado financeiro**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, resultado com instrumentos financeiros derivativos, variações cambiais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com que estabelece o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC 214/2025.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(a) Receita de geração de energia

A receita da Companhia decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre a Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

(b) **Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)**

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

(c) **Constrained-off de usinas**

Os eventos de *constrained-off* de usinas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado aos *constrained-off*.

3.13 **Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(a) **Lucro presumido**

A Companhia é classificada no lucro presumido e tem a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

3.14 **Questões climáticas**

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de *impairment* de 2025, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:

Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as empresas a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não identificou impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



- iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
- v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

· IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como ‘contracts referencing nature-dependent electricity’. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de ‘own use’;
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

· IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

• IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

• Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A empresa aplica as alterações se:

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



- i. sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou
- ii. estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1o de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos	1.179.024	101.239
Total	<u>1.179.024</u>	<u>101.239</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 18.

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Títulos e valores mobiliários	12.852.536	9.351.177
	<u>12.852.536</u>	<u>9.351.177</u>

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2025, sobre o DI CETIP (“CDI”) de 100%.

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contratos de energia	3.637.755	2.643.580
Contratos de mercado de curto prazo	160.580	149.000
Outras receitas	<u>431.914</u>	<u>120.829</u>
	<u>4.230.249</u>	<u>2.913.409</u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**7 Imobilizado**

2025							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	295.745.197	2.835.909	-	-	(12.188.830)	286.392.276
Imobilizado em andamento		-	1.406.218	-	-		1.406.218
Passivo para descomissionamento		562.830	-	-	-	(22.513)	540.317
Total		296.308.027	4.242.127	-	-	(12.211.343)	288.338.811
Custo		302.350.776					306.592.903
Depreciação acumulada		(6.042.749)					(18.254.092)
Imobilizado líquido		296.308.027					288.338.811
2024							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	245.514.123	56.798.262	-	(524.439)	(6.042.749)	295.745.197
Passivo para descomissionamento		-	562.830	-	-	-	562.830
Total		245.514.123	57.361.092	-	(524.439)	(6.042.749)	296.308.027
Custo		245.514.123					302.350.776
Depreciação acumulada		-					(6.042.749)
Imobilizado líquido		245.514.123					296.308.027

A Companhia efetuou uma avaliação de indicativos de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**8 Tributos a recolher**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS sobre faturamento	26.774	39.345
COFINS sobre faturamento	123.572	181.595
Tributos retidos na fonte	180.235	93.747
ICMS	717	492
	<u>331.298</u>	<u>315.179</u>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

9 Contas a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços prestados	1.006.102	84.541
Aquisição de imobilizado	1.425.763	40.869
Serviços de manutenção	108.645	1.040.070
Mercado de curto prazo a pagar	2.369.178	7.102
Custo com energia elétrica	44.560	-
TUST	868	-
Outros	-	161.120
	<u>4.955.116</u>	<u>1.333.702</u>

10 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados com perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributários	39.926	52.685
	<u>39.926</u>	<u>52.685</u>

10.1 Tributário

O processo refere-se a uma cobrança de multa equivalente a 100% do valor do ISS recolhido em atraso, a Companhia entrou com impugnação baseado no entendimento da desproporcionalidade da multa aplicada.

11 Patrimônio líquido**11.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 268.390.181 (R\$ 266.090.181 em 2024), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, e está representado por 266.090.181 (266.090.181 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal,

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



conforme demonstrado abaixo:

	<u>Participação%</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Acionistas			
Serra do Seridó F2 Holding S/A	100%	268.390.181	266.090.181
		<u>268.390.181</u>	<u>266.090.181</u>

11.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o valor constituído no exercício é de R\$ 815.107.

11.3 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos. Em 31 de dezembro de 2025, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 3.871.756. Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	16.302.129	9.638.496
(-) Absorção dos prejuízos acumulados		(303.214)
Base de cálculo dos dividendos	<u>16.302.129</u>	<u>9.335.282</u>
(-) Constituição da reserva legal	(815.107)	(466.764)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	<u>15.487.022</u>	<u>8.868.518</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>3.871.756</u>	<u>2.217.130</u>
Reserva de lucros	<u>11.615.266</u>	<u>6.651.388</u>

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo Inicial	2.217.130	-
Dividendos mínimos obrigatórios	3.871.756	2.217.130
Dividendos adicionais propostos	4.860.552	-
Dividendos pagos	(7.077.682)	-
	<u>3.871.756</u>	<u>2.217.130</u>

11.4 Reserva de lucros

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, assim que aprovado em Assembleia pelos acionistas, a reserva é revertida para dividendos adicionais propostos nas demonstrações financeiras.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**12 Receita de vendas**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas de energia	45.367.324	23.793.341
Receita bruta	45.367.324	23.793.341
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(259.586)	(118.688)
COFINS	(1.198.090)	(547.791)
Total das deduções da receita bruta	(1.457.676)	(666.479)
Receita líquida de vendas	43.909.648	23.126.862

13 Custos das vendas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custos operacionais		
Seguros	(457.867)	(293.429)
Custos com aluguéis	(623.152)	(364.334)
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(2.655.490)	(1.522.317)
Aquisição de energia elétrica	(3.895.005)	-
Outros custos e serviços	(217.723)	(26.331)
	(7.849.237)	(2.206.411)
Impostos e taxas		
TUST/TUSD (i)	(3.066.966)	(1.824.927)
Taxa de regulamentação	(286.142)	(795)
Impostos e taxas diversas	(95.416)	(1.078)
	(3.448.794)	(1.826.800)
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(24.846)	(1.741)
Manutenção das instalações	(2.004.916)	(1.195.683)
Serviços de telecomunicações	(36.333)	(61.480)
	(2.066.095)	(1.258.904)
Depreciação e amortização		
Custo com depreciação	(12.211.343)	(6.042.749)
	(12.211.343)	(6.042.749)
Rateio de custos		
Salários	(940.577)	(619.111)
Serviços prestados pelo exterior	(21.771)	(37.470)
	(962.348)	(656.581)
Total dos custos de vendas	(26.537.817)	(11.991.445)

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



- (i) A TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) e a TUSD (Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição) são encargos cobrados pelo uso das redes que transportam a energia elétrica desde as usinas geradoras até o consumidor final.

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas administrativas		
Despesas legais	(8.275)	(15.451)
Seguros (Despesas)	(1.368)	(1.368)
Outras despesas administrativas	(37.491)	(4.293)
	(47.134)	(21.112)
Impostos e taxas		
Multas	(298)	(29.181)
Imposto e taxas diversas	(36.988)	(59.976)
	(37.286)	(89.157)
Despesas com serviços prestados		
Honorários de contadores	(69.670)	(67.101)
Serviços de consultoria	(218.371)	(143.552)
Honorários de auditores	(25.847)	(25.320)
Honorários de advogados	(183)	-
Serviços de vigilância	(94.952)	(26.526)
Serviços de limpeza	(1.189)	-
Serviços de informática	(6.635)	-
Outros serviços (Despesas)	(22.101)	(10.330)
	(438.948)	(272.829)
Rateio de despesas		
Impostos e taxas diversas	(9.571)	(5.250)
	(9.571)	(5.250)
Total das despesas administrativas	(532.939)	(388.348)

15 Resultado Financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de títulos e valores mobiliários	843.214	244.917
Variações cambiais ativas	91.750	-
	934.964	244.917
Despesas financeiras		
Juros sobre outras operações	(25)	(3.371)
Despesas bancárias	(55.740)	(9.763)
Garantias	(51.267)	-
Despesas com IOF	(12.183)	(12.428)
Outras despesas financeiras	(349.584)	(387.401)
	(468.799)	(412.963)
Resultado financeiro	466.165	(168.046)

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**16 Imposto de renda e contribuição social**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta de vendas	45.367.324	23.793.340
Varição do contas a receber	1.316.840	2.913.409
Efeito caixa das operações liquidadas	<u>(6.747.824)</u>	<u>(3.290.060)</u>
	39.936.340	23.416.689
Base presumida para o IRPJ (8%)	3.194.907	1.873.335
Base presumida para a CSLL (12%)	4.792.361	2.810.003
Receita financeira	799.463	621.436
Varição cambial ativa realizada	40.056	-
Outras receitas	741.831	-
Diferenças temporárias de períodos anteriores - IRPJ	-	(44.588)
Diferenças temporárias de períodos anteriores - CSLL	<u>-</u>	<u>(36.326)</u>
Base de cálculo IRPJ	4.776.257	2.450.183
Base de cálculo CSLL	6.373.711	3.395.113
Total do imposto de renda corrente	1.170.065	588.546
Total da contribuição social corrente	<u>573.634</u>	<u>305.560</u>
Encargo fiscal	1.743.699	894.106
Despesa com IR e CS correntes	(1.703.140)	(818.789)
Despesa com IR e CS diferidos	<u>(40.559)</u>	<u>(75.317)</u>
	(1.743.699)	(894.106)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	4,04%	3,82%
	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto por natureza		
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	1.179.100	607.501
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	271.818	211.288
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	252.223	-
	<u>1.703.140</u>	<u>818.789</u>

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**17 Transações com partes relacionadas****17.1 Contas a pagar**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.(i)	8.287.616	6.755.125
Serra do Seridó F2 Holding S/A	-	869.958
Parque Eólico Serra do Seridó XI S.A. (ii)	11.177.684	11.175.309
	<u>19.465.301</u>	<u>18.800.392</u>

- (i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração dos parques eólicos. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento.
- (ii) Nota de débito relacionada aos custos de rateio do Consórcio Serra do Seridó F2, onde a Seridó XI é a líder.

17.2 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serra do Seridó F2 Holding S/A	5.862.900	-
	<u>5.862.900</u>	<u>-</u>

17.3 Dividendos a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serra do Seridó F2 Holding S/A	3.871.756	2.217.130
	<u>3.871.756</u>	<u>2.217.130</u>

17.4 Empréstimos a pagar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serra do Seridó F2 Holding S/A	-	10.047.187
	<u>-</u>	<u>10.047.187</u>

Os montantes captados destinam-se à construção do parque eólico.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



A movimentação dos empréstimos é apresentada abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2024	136.707.555	Saldo inicial em 01/01/2025	10.047.187
(+) Aquisição principal	-	(+) Aquisição principal	-
(+) Juros capitalizados	6.902.713	(+) Juros capitalizados	-
(-) Amortização principal	(125.911.173)	(-) Amortização principal	(10.047.187)
(-) Amortização juros	(7.651.907)	(-) Amortização juros	-
Saldo final em 31/12/2024	<u>10.047.187</u>	Saldo final em 31/12/2025	<u>-</u>

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.179.024	101.239
Contas a receber	4.230.249	2.913.409
Adiantamentos a fornecedores	373.161	357.119
Contas a receber de partes relacionadas	5.862.900	-
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	12.852.536	9.351.177

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**Passivos**

Mensurados pelo custo amortizado:

Contas a pagar	4.955.116	1.333.702
Contas a pagar a partes relacionadas	19.465.301	18.800.392
Empréstimos com partes relacionadas	-	10.047.187
Dividendos a pagar	3.871.756	2.217.130
Passivo para descomissionamento	626.290	562.830

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos, financiamentos e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

18.1 Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativos		
Mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.179.024	101.239
Contas a receber	4.230.249	2.913.409

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Adiantamentos a fornecedores	373.161	357.119
Contas a receber de partes relacionadas	5.862.900	-
Valor justo por meio do resultado:		
Títulos e valores mobiliários	12.852.536	9.351.177

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

18.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia tem seu passivo substancialmente no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

18.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2025		2024	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	4.955.116	-	1.333.702	-
Contas a pagar a partes relacionadas	19.465.301	-	18.800.392	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	10.047.187
Dividendos a pagar	3.871.756	-	2.217.130	-
	28.292.173	-	22.351.224	10.047.187

18.4 Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, quando aplicável.

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**18.5 Gestão de capital**

A Companhia obtém recursos diretamente através de aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

19 Compromissos assumidos**19.1 Contratos de venda de energia elétrica**

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrados abaixo:

		<u>2026</u>	<u>2027-2037</u>
	Volume [MWh]	202.785	1.628.722
ACL	Preço [R\$/MWh]	212,73	180
	Subtotal [R\$]	43.138.175	293.789.588
	Total [R\$]	43.138.175	293.789.588

20 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 1.412.429.379 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2025 a 30 de dezembro de 2026.

Coberturas	Importância seguradas
Lucro cessantes e danos materiais	R\$ 1.412.429.379

Parque Eólico Serra do Seridó XVI S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

***Seguro Responsabilidade Civil Geral***

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 157.784.760 tendo como vigência o período de 30 de junho de 2025 a 30 de junho de 2026.

Coberturas

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental

**Importâncias
seguradas**

R\$ 157.784.760

André Salgado
Diretor Presidente

Jessica Von Moegen
Diretora Financeira

Roger de Quintanilha Esteves
Contador – CRC 125542/O-2

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: DBADE749-8A1C-4606-8098-B92B8A6ED5DA
 Assunto: Complete com o Docusign: Serra do Seridó XVI + Relatório do Auditor.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 39
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Aline Bandeirinha
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 aline.bandeirinha@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.159.64

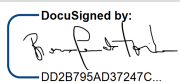
Rastreamento de registros

Status: Original 01 de abril de 2026 17:01	Portador: Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 01 de abril de 2026 18:05	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

Bruno Monteiro
 bruno.monteiro@pwc.com
 Sócio
 PwC BR
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital
Detalhes do provedor de assinatura:
 Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Bruno Guedes Monteiro:10055965733

Assinatura



Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada
 Usando endereço IP: 134.238.159.50

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 01 de abril de 2026 | 17:02
 Visualizado: 01 de abril de 2026 | 18:04
 Assinado: 01 de abril de 2026 | 18:05

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Aline Bandeirinha aline.bandeirinha@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 01 de abril de 2026 18:05 Visualizado: 01 de abril de 2026 18:05 Assinado: 01 de abril de 2026 18:05
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	01 de abril de 2026 17:02
Entrega certificada	Segurança verificada	01 de abril de 2026 18:04
Assinatura concluída	Segurança verificada	01 de abril de 2026 18:05
Concluído	Segurança verificada	01 de abril de 2026 18:05

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------